

## CORREIO BASTIDORES

Leo Cabral



Ramagem saiu da lista de detidos pelo ICE

### ICE tira foto de Alexandre Ramagem da lista de detidos

O ex-deputado federal Alexandre Ramagem foi solto e já está em casa com a família, na Flórida, nesta quarta-feira (15), dois dias após ter sido detido pelo ICE, o serviço de imigração dos Estados Unidos. A informação foi confirmada por agentes da Polícia Federal e por aliados bolsonaristas, como o blogueiro Allan dos Santos e o empresário Paulo Figueiredo, por meio das redes sociais. O nome de Ramagem, que antes constava nos registros do ICE e do condado de Orange, onde ocorreu a detenção, não aparece mais nos sistemas. Ramagem havia sido preso na segunda-feira (13) pelo serviço de imigração dos EUA. De acordo com o Departamento de Segurança Interna, ele estava com o visto de turista expirado, o que motivou a detenção.

### Aliados comemoram a decisão

“Alexandre Ramagem está livre. Obrigado a todos que oraram. Obrigado ao presidente Trump e à sua administração”, afirmou o empresário Paulo Figueiredo, que disse ter participado do processo de liberação. Ele também negou o pagamento de fiança, alegando que a situação migratória do ex-deputado foi considerada regular e que não há processo criminal contra ele. O deputado Eduardo Bolsonaro igualmente se manifestou, agradecendo autoridades americanas e defendendo que Ramagem obtenha asilo no país.

Leo Cabral



Deputada quer que pacientes tenham tratamento adequado

### Sistema para monitorar medicamentos

Considerado essencial no tratamento de quadros psicóticos, o Haloperidol (Haldol) não está disponível nas farmácias da rede pública e privada do Rio de Janeiro. E tanto pacientes quanto a classe médica não foram avisados, com antecedência, sobre a falta ou a descontinuação da produção do medicamento. Para evitar que situações como esta se repitam, a deputada federal Heloisa Helena (Rede-RJ) propôs projeto de lei que torna obrigatória a divulgação de informações sobre disponibilidade e previsão de descontinuidade de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

### Evitar interrupção de tratamentos

De acordo com o projeto, as indústrias farmacêuticas, laboratórios e distribuidores deverão comunicar ao Ministério da Saúde qualquer risco de descontinuidade ou redução de oferta de medicamentos essenciais, no prazo máximo de dez dias após a identificação do risco. Quem não cumprir as determinações poderá ser multado ou até impedido de participar de licitações e processos de aquisição de medicamentos pelo SUS.

### Interdição de FHC

A Justiça de São Paulo autorizou, nesta quarta-feira (15), a interdição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), de 94 anos, após pedido apresentado por três de seus filhos — Paulo Henrique, Luciana e Beatriz — pelo avanço do Alzheimer, já em estágio avançado. FHC presidiu o Brasil entre 1995 e 2002.

### Filho curador

A família e a Fundação FHC informaram que não irão se pronunciar sobre o caso, por se tratar de um tema de caráter estritamente pessoal. Com a decisão, Paulo Henrique Cardoso foi designado como curador provisório, ficando responsável por representar o pai em atos civis, além de administrar suas questões financeiras e patrimoniais.

### Agravo do Alzheimer

Segundo o documento, o agravamento da doença tornou FHC incapaz de conduzir os atos da vida civil. A petição também destaca que os filhos já eram responsáveis por seus cuidados, o que foi corroborado por depoimentos de pessoas próximas à família.

### Vaga no TCU

O Senado aprovou, nesta quarta-feira (15), a indicação do deputado Odair Cunha (PT-MG) para uma vaga no Tribunal de Contas da União (TCU), de responsabilidade da Câmara dos Deputados. A aprovação exigia maioria simples e foi confirmada com 50 votos favoráveis e 8 contrários. A nomeação ainda será promulgada pelo Congresso Nacional.

### Aprovação

No Senado, líderes partidários orientaram pela aprovação, destacando o respeito à Câmara, prática comum nesses casos. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), parabenizou o indicado e desejou êxito na nova função. Odair Cunha assumirá a vaga deixada pelo ministro Aroldo Cedraz, que se aposentou.

### Perfil

Deputado federal por Minas Gerais, Odair Cunha acumula 23 anos de atuação parlamentar. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Varginha, afirma ter atuado como procurador municipal, assessor e consultor jurídico em câmaras municipais do estado. Também foi secretário de Estado de Governo na gestão de Fernando Pimentel (PT).



Gilmar reage ao relatório de Alessandro Vieira

## Gilmar pede ação contra Alessandro Vieira

### Medida ocorre após relatório indiciando ministro

Por Gabriela Gallo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes acionou, na noite desta quarta-feira (15), a Procuradoria-Geral da República (PGR) solicitando uma investigação contra o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) por suposto abuso de autoridade.

A determinação do magistrado foi protocolada um dia após o senador, que foi o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou as atuações do crime organizado no país, divulgar um relatório que determinava o indiciamento de Gilmar Mendes e dos ministros do STF Alexandre de Moraes e Dias Toffoli por suposto envolvimento dos ministros no caso do Banco Master. Vieira pediu também o indiciamento do procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Em sua manifestação, o decano da Suprema Corte afirmou que o relatório final da comissão desviou da finalidade de focar no crime organizado no país e usou de um “jogo de palavras” para acusar os magistrados.

“Ao arrepender desse espectro temático [da CPI], que, malgrado relevante, revelou-se demasiadamente amplo, o senador relator da CPI do Crime Organizado apresentou minuta de Relatório Final em 14/04/2026 valendo-se arditosamente de rudimentar jogo de palavras para intentar

[formular um pedido jurídico para] viabilizar indevido indiciamento do requerente em razão de suposto cometimento de crime de responsabilidade”, escreveu Mendes.

Por meio de suas redes sociais, o senador Alessandro Vieira se manifestou calmo e que responderá às acusações do ministro do STF com todo o rigor técnico e jurídico. “A representação apresentada pelo ministro Gilmar Mendes, na condição de suposta vítima de abuso, será respondida com absoluta tranquilidade e dentro do rigor técnico devido. É cristalino que um senador, ao manifestar sua avaliação jurídica sobre fatos concretos em voto proferido no âmbito de uma CPI, não comete abuso de autoridade e está resguardado pela imunidade parlamentar. Ameaças e tentativas de constrangimento não vão mudar o curso da história”, escreveu o senador.

Antes mesmo do indiciamento do decano do STF, Alessandro Vieira já tinha manifestado que não temia as acusações do ministro, e não se arrepende de seu relatório. “Não teve ofensa, não teve abuso, não teve nada disso. O que nós tivemos foi uma análise técnica, que é de autonomia do relator. O relatório foi construído com muito cuidado. As pessoas têm dificuldade, às vezes, para compreender o que é responsabilidade, o que é equilíbrio comum”.